



ANÁLISE E PROPOSIÇÕES PARA A RECUPERAÇÃO DO ACERVO PATRIMONIAL EM 'TAIPA DE PAU-A-PIQUE' NA CIDADE HISTÓRICA MARECHAL DEODORO – ALAGOAS

Josemary Omena Passos Ferrare

Universidade Federal de Alagoas – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Campus A. C. Simões – Cidade Universitária – 57.072-970 Maceió, Alagoas, Brasil.
Tel: (55 82) 3214 1283 jferrare@uol.com.br

Palavras-chave: patrimônio edificado, imagem urbana

RESUMO

O estudo consiste em uma proposta de recuperação gradativa para habitações do Centro Histórico da atual cidade Marechal Deodoro situada no estado de Alagoas, a ex-Vila de Santa Maria Magdalena da Alagoa do Sul que chegou a ser Cabeça de Comarca da Capitania de Pernambuco no século XVIII, notabilizada por manter um expressivo número de edificações difundidas pela colonização portuguesa no litoral brasileiro na forma de casas térreas de 'porta-janela', sob o partido de planta em meia-morada, morada inteira, e, também, alguns sobrados de dois pavimentos, construídas em taipa de pau-a-pique e cobertas com telhas cerâmicas assentes sobre singela estrutura de madeira composta por cumeeiras (paralelas às fachadas), pontaletes, caibros, ripas e diversos tipos de beirais que valorizam esteticamente as composições de suas fachadas. Tendo sido detectado através de um Inventário do Patrimônio Arquitetônico, publicado em 2006, um avançado estágio de degradação entre vários exemplares inseridos no perímetro poligonal do Tombamento Federal, de parte da cidade, devido à falta de manutenção que minimize, entre outras agressões graduais, a absorção da umidade ascendente e descendente, o presente estudo propõe categorizar **tipicidade construtiva x padrão de insegurança** pelos indicadores - piso, parede, cobertura - para fomentar propostas de apoio técnico e aportes financeiros ao alcance dos usuários para tentar conter este longo processo de degradação a que vem se expondo representativos exemplares histórico-arquitetônicos, cuja reminiscência respaldou o próprio Decreto que os afirmou como Patrimônio Nacional.

1. INTRODUÇÃO

A moradia corresponde a uma das expressões sociais concretas do processo da urbanização que gera uma análise complexa quando se considera que existem fortes diferenças entre as condições de uso dos grupos sociais que tem renda estável e dos grupos que não a tem. Sabe-se, todavia, que a carência desta é agravada no Brasil e, sobretudo, na região nordeste por questões estruturais diversas que não nos cabe neste artigo analisar. Contudo, convém aqui ponderar que programas governamentais de tentativas de controle habitacional em décadas passadas não conseguiram sanar o *déficit* habitacional instaurado nesta região geográfica.

Exatamente a partir destas considerações introduzimos a escolha desta proposição gradativa para recuperação de habitações em taipa de pau-a-pique no Centro Histórico da cidade Marechal Deodoro situada no estado de Alagoas, ex-Vila de Santa Maria Magdalena da Alagoa do Sul¹ e que mantêm um expressivo número de edificações difundidas pela colonização portuguesa no litoral brasileiro na forma de casas térreas de 'porta-janela', sob o partido de planta em meia – morada, morada inteira, e, também, alguns sobrados de dois pavimentos, construídas em taipa de pau-a-pique e cobertas com telhas cerâmicas assentes sobre singela estrutura de madeira composta por cumeeiras (paralelas às fachadas), pontaletes, caibros, ripas e diversos tipos de beirais simples de caibros ou com adornos em beira-seveira ou cimalthas em massa que valorizam esteticamente as composições de suas fachadas (figuras 1, 2, 3 e 4).



Figura 1 – Casa térrea em partido de meia-morada construída em taipa com cobertura em duas águas; cumeeira paralela à fachada; beiral simples em caibro



Figura 2 – Casas térreas (em parede de meia); ambas em partido de meia-morada construídas em taipa; cobertas em duas águas; cumeeiras nivelada e paralelas à fachada; beiral simples em caibro



Figura 3 – Casa térrea em partido de meia-morada construída em taipa; coberta em duas águas; cumeeira paralela à fachada; beiral em beira-seveira



Figura 4 – Casa térrea em partido de morada inteira construída em taipa e tijolos com coberta em duas águas; cumeeira paralela à fachada; sem beiral e uso de platibanda decorada

Este perfil tipológico e ao mesmo tempo documental da historicidade da sede urbana deste município respaldou a concessão do pedido de Tombamento Federal de parte da cidade, embasado em um Dossiê de Referências Culturais e um Inventário do Patrimônio Arquitetônico² que registrava, entre outras ocorrências, dentro dos parâmetros de análises considerados, uma grande ocorrência de casas de morar em taipa de pau-a-pique, percentualmente já apresentando uma média considerável de desgaste e comprometimento, no tocante ao estado de conservação dos seus elementos estruturantes.

Todavia a relevância estético-formal deste casario definido por várias “casas térreas e poucos sobrados” da sede urbana de Marechal Deodoro foi ressaltada no Parecer Técnico emitido pelo eng^o. Marcus Tadeu Daniel Ribeiro que opinou sobre o pedido de tombamento da Cidade de Marechal Deodoro (em 2005) e pontuou “a singeleza do casario rés-do-chão da cidade”, externando evidente revolta pelo acentuado grau de descaracterização e vilipêndio a que este casario vinha sendo exposto, nos seguintes termos: “Ao se analisar a importância artística dessa cidade, cabe a ponderação do processo adiantado de descaracterização do casario que compõe a grande fortuna arquitetônica desta cidade. [...]”³ (figura 5).



Figura 5 – Conjunto arquitetônico do ‘centro histórico’ - antiga Rua do Comércio que apresenta uma síntese do perfil tipológico e imagético do espaço construído da cidade: edificações contíguas, predominantemente térreas que intercalam alguns poucos sobrados

Levando-se em conta toda a relação sócio-histórica dessas habitações⁴ mantida com as sucessivas gerações de deodorenses que as habitaram e que a peculiariza como um Centro Histórico Colonial habitado por moradores, sem nunca ter enfrentado processos como o de ‘gentrificação’, passa-se a defender a importância de se criar um sistema articulado entre o poder público, enquanto gestor da Política de Preservação que necessita ser implementada pelo grau de proteção alcançado por este conjunto urbano⁵ e os proprietários de imóveis em taipa que estão inseridos nos polígonos de Tombamento.

2. TEOR E APLICABILIDADE DESTA PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO

É preciso, no entanto estar consciente de que esta articulação somente será possível se for firmada a partir do entendimento possível entre a relação de propriedade individual/interesse de melhoria da unidade residencial e a visão de unidade do conjunto urbano coletivizado pelas 'unidades residenciais' exercitada pelo poder público.

Para viabilizar tal proposição decidiu-se assimilar o trabalho intitulado (Re)estudo do Plano de Recuperação da Habitação da 'Poeira' – Marechal Deodoro – AL (Ferrare et al, 2001) que estruturou um Plano aplicável a partir da interação entre agentes administradores/financiadores e usuários-proprietários para recuperação de partes das unidades residenciais no bairro da Poeira em Marechal Deodoro, um bairro

“contíguo ao centro da 'cidade histórica' Marechal Deodoro [...] particularizado por edificações de arquitetura singela como as corriqueiras casas de 'porta e janela' [...] construídos predominantemente, em taipa de pau-a-pique e/ou alvenaria de tijolos , [...]”⁶

Em essência, as propostas deste (Re)estudo podem ser adaptadas para o Centro histórico da mesma cidade por ocorrer uma situação de similaridade do sistema construtivo de grande parte das edificações que compõem o perímetro considerado pelo Tombamento Federal, construídas em taipa de pau-a-pique⁷ e cobertas em telha cerâmica apoiadas em estrutura singela de madeira (pontalotes, caibros roliços e terças de madeira, apenas lavrada). No que pese a boa qualidade das madeiras utilizadas, tanto na taipa como na cobertura, grande parte das edificações encontram-se bastante degradadas devido à falta de manutenção que minimizasse a absorção da umidade climática, típica da região lagunar na qual estão inseridas (Entorno da Lagoa Manguaba intercomunicante com a Lagoa Mundaú, que formalizam o complexo Mundaú –Manguaba.)



Figura 6 – Casas térreas (em taipa) já vilipendiadas pela não conservação sistemática das cobertas

Assim entendendo, o presente trabalho capta do (Re)estudo do Plano de Recuperação da Habitação da “Poeira” – Marechal Deodoro a visão metodológica da equipe idealizadora do que propunha categorizar tipicidade construtiva x padrão de insegurança (falta de conservação) através dos indicadores: piso, parede, cobertura, para fomentar propostas de apoio técnico e sugestão de aportes financeiros ao alcance dos usuários para tentar conter este longo processo de degradação; bem como, a mesma linha de Ação traçada a partir da identificação/recuperação e análise segundo a direta relação de causa/efeito decorrente de situações de vulnerabilização de edificações de taipa submetidas a exposições potenciais de umidade, decorrentes do perfil geo-climatológico da micro-região em que se insere a cidade (tabela 1).

Para a aplicabilidade desta proposta ora apresentada deve ser definidas com clareza o papel de cada participante do processo de recuperação destas unidades construídas, quais sejam:

A casa por apresentar necessidade de recuperação

O proprietário pela consciência de que precisa informar sobre esta necessidade de recuperação do seu imóvel integrante do acervo patrimonial do 'centro histórico' da cidade

Os órgãos gestores da preservação patrimonial urbana (Prefeitura Local, através de segmentos das Secretarias de Desenvolvimento Urbano e Planejamento e o IPHAN – AL)

O agente financiador (a ser determinado) em função de apresentar um perfil operacional que promova ações integradas de melhoria das condições de habitabilidade e de infra-estrutura urbana em áreas de interesse histórico com frágil base econômica de seus usuários⁸.

Tabela 1

Elementos	Causas	Efeitos
Piso	Péssima execução	Áreas de desgaste / partes faltantes / umidade ascendente nas paredes
Paredes	Re-entapamento mal executado	Comprometimento da função de suporte / insalubridade dos ambientes
Coberta	Desgaste das telhas por corrosão elóia e/ou umidade / Grau de permeabilidade das telhas / quebras e faltas de unidades de recobrimneto (telhas)	Escorrimento de água / enegrecimento das unidades telhas – proliferação de fungos. Umidade descendente às paredes e respingamentos no piso pela não reposição (ou reparos) das unidades de telhas.

3. CONCLUSÃO

Propõe-se uma estratégia de ação programada em função da urgência dos elementos recuperáveis piso/parede/teto X grau de degradação X grau de comprometimento X tempo de execução dos serviços na edificação, de modo a dar uma maior margem na programação e facilitar a aquisição de recursos necessários para os proprietários dos imóveis. Para tanto os órgãos gestores terão de interagir disponibilizando um acompanhamento técnico para identificação/registo e listagem da urgência de intervenção fornecendo respaldo aos proprietários que recorrerem ao financiamento programado.

Dentro desta composição de funções dos agentes envolvidos nesse processo, a presente proposta vislumbra contribuições importantes no âmbito sócio-econômico e urbanístico da cidade, na medida em que gerará a criação de um suporte de financiamento específico, não inacessível à faixa de renda média da população proprietária de imóveis e oferecerá aos moradores, de acordo com suas possibilidades e iniciativas, um papel mais ativo no processo de recuperação das casas, que compõem a imagem da sua cidade, desde 2006 considerada Cidade Histórica de relevância nacional.

Assim sendo, a proposta pode ser vista também como mais um vetor ativo no processo de Educação Patrimonial que vem se introduzindo à população da cidade Marechal Deodoro visando aumentar a conscientização dos moradores sobre a importância da conservação do conjunto arquitetônico que compõe a cidade e sobre a razão da ocorrência do próprio Tombamento Federal⁹, na medida em que enfatizará, de modo concreto, o ensinamento de que um 'bem material' ao ser considerado 'bem cultural' precisa representar os seus valores históricos e artísticos com boas condições de autenticidade estilística, mas também, de integridade construtiva.

A proposta, em síntese, sugere a estruturação pelos órgãos gestores da política de preservação de um meio viável de envolver o proprietário (e, conseqüentemente o morador inquilino da unidade) na retomada da confortabilidade de sua moradia e em um processo ativo de participação, também, na melhoria da imagem da rua, que se reberará na melhoria da imagem do conjunto físico e estético da Cidade.

BIBLIOGRAFIA

DEGMN (2003). Cadernos de Inventário do Patrimônio Arquitectónico / Conjuntos Urbanos. Sede Urbana de Marechal Deodoro – Alagoas – Brasil. Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Ficha IPA – n.º 9316010001. 60p./for.A3.

FERRARE, Josemary O. P., SCHILDERMAN, Janice A. Leão, TAVARES, Júlia G., ARAÚJO, Maria do Rosário R. (2001). (Re)estudo do Plano de Recuperação da Habitação da 'Poeira', Marechal Deodoro, Alagoas, Brasil. In: Encontro Nacional e I Encontro Latino Americano sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis, Canela, RS. Anais...

FERRARE, Josemary; LEAL, Thalianne; NASCIMENTO, Gilson (2006). Viva! Nossa cidade é patrimônio Nacional! (gibi Marechal Deodoro, Série Educação Patrimonial). Maceió: EDUFAL.

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. PARECER Nº. 003/2005 MTDR/GT/DEPAN/IPHAN. In: Processo de Tombamento da cidade Marechal Deodoro. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2005.

NOTAS

1 – Segundo referências históricas a povoação inicial firmou-se a partir de 1611 às margens e ao nível da Lagoa Manguaba no bairro hoje denominado Taperaguá. Depois ocupou um platô bem elevado que deu definição ao atual casario de casas contíguas que delimitam as ruas sinuosas e contornam largos fronteiros às várias edificações religiosas da cidade, bem de acordo com os moldes da urbanística colonizadora portuguesa. A povoação floresceu e veio a se tornar, no século XVII, a Vila de Santa Maria Magdalena da Alagoa do Sul, depois Cidade de Alagoas e a partir do século XX, Cidade Marechal Deodoro em homenagem ao Proclamador da República do Brasil, natural do lugar.

2 – Inventário elaborado sob a coordenação da arq^{ta}. Josemary Omena Passos Ferrare e publicado segundo a metodologia da DGEMN – Direção Geral dos Edifícios Nacionais, órgão do Ministério da Habitação e Transportes de Portugal que sistematiza tipologias arquitetônicas e conjuntos urbanísticos de notada influência da arquitetura portuguesa nas ex-colônias (DGEMN, 2005)

3 – Parecer Nº. 003/2005 MTDR/GT/DEPAN/IPHAN emitido em 10 de outubro de 2005 na cidade Rio de Janeiro pela 6ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Ribeiro, 2005).

4 – Casas construídas para povoadores portugueses e colonos que lidariam com o plantio de agricultura de subsistência e da cana-de-açúcar para mover a rede de engenhos criados nas cercanias do entorno lagunar (Lagoas Manguaba e Mundaú). Vale considerar que esta nucleação urbana formou-se e desenvolveu-se centrada no potencial de abastecimento agrário da localidade tendo sido vista pelos dirigentes da Capitania como um celeiro para 'nutrir' as demais povoações e vilas que juntas geravam a prosperidade rentável mediante a produção do açúcar.

5 – A cidade foi Tombada como Patrimônio Nacional em 18 de agosto de 2006 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com portaria ministerial homologada em setembro do mesmo ano. Pela considerável relevância da mesma, a cidade já era tombada a nível estadual desde o ano de 1983.

6 – Anais do II Encontro Nacional e I Encontro Latino Americano sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis realizado em Canela, Rs, em 24 a 27 de abril de 2001.

7 – Sistema construtivo vernacular recorrente no nordeste brasileiro composto por uma trama de madeira preenchida por argila.

8 – Durante a elaboração do (Re)estudo do Plano de Recuperação da Habitação do Bairro da 'Poeira' – Marechal Deodoro, em 2001, foi proposto a vinculação ao Programa Morar Melhor mantido com recursos do orçamento Geral da União. Neste atual momento da política social e habitacional do Brasil considera-se preferível deixar a tarefa de buscar o agente mais viável, dentro do perfil aqui esboçado, para os próprios órgãos gestores da Política de Preservação na cidade definirem, em ação conjunta de análise.

9 – Sobre esta temática já circula entre a população local exemplares de fácil manuseio e leitura acessível como os seguintes exemplares informativos: o Gibi – Viva! Nossa cidade é Patrimônio Nacional! e, ainda, o Manual Prático do Morador do Sítio Histórico de Marechal Deodoro – Alagoas (Ferrare et al, 2006).

AUTORA

Josemary Omena Passos Ferrare, arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Alagoas, mestre em Conservação e Restauro pelo PGAU da UFBA, doutora em arquitetura pela FAUP, Portugal, professora associada 1 da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas. Líder do Grupo de Pesquisa em Representações do Lugar (RELU) vinculado ao DEHA – Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFAL.